



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Agrária**

## **AS CLASSES DOMINANTES E O SETOR CANAVIEIRO EM ALAGOAS: UMA SÍNTESE HISTÓRICA PRELIMINAR**

**CARLA VITORIA CRIZOSTOMO SANTOS<sup>1</sup>**

**LUCAS BEZERRA DE ARAUJO<sup>2</sup>**

**JAYNE WELLEN SILVA ALVES<sup>3</sup>**

**THIAGO LINO SILVEIRA<sup>4</sup>**

### **RESUMO:**

Este artigo objetiva apresentar uma síntese introdutória sobre as relações de classe no setor canavieiro em Alagoas, destacando a trajetória das classes dominantes nessa atividade econômica. Fruto de pesquisa bibliográfica, sistematiza as principais características do senhor de engenho e do usineiro, indicando suas formas históricas de organização e dominação.

**Palavras-chave:** Classes dominantes; Alagoas; Setor sucroalcooleiro.

### **ABSTRACT:**

This article examines class relations in the sugarcane sector in Alagoas, highlighting the trajectory of the dominant classes in this economic activity. Based on bibliographic research, it systematizes the main characteristics of the sugar mill owner and the sugar mill entrepreneur, indicating their historical forms of organization and domination.

**Keywords:** Dominant classes; Alagoas; Sugarcane sector.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>4</sup> Universidade Federal de Alagoas

## I. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma síntese histórica preliminar sobre a ação e as formas assumidas pelas classes dominantes no desenvolvimento da produção canavieira em Alagoas. O texto é fruto do trabalho de pesquisa conduzido pelo projeto "*A burguesia do açúcar e do álcool em Alagoas: um mapeamento de sua atuação (2019-2022)*", desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão Agricultura e Sociedade (GEPAS/CNPq) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (FSSO/UFAL).

Partimos do suposto que a apreensão do desenvolvimento histórico das classes sociais no Brasil constitui uma tarefa fundamental que vai além da simples cronologia de eventos; exige uma investigação profunda das determinações econômicas, políticas e culturais que moldaram a estratificação da sociedade brasileira ao longo do tempo. Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, o Brasil é profundamente desigual. Essa desigualdade só pode ser explicada, no campo teórico-analítico, considerando-se a existência e os movimentos das classes sociais em luta.

Para entender historicamente as relações de classe no Nordeste brasileiro e, mais especificamente, na realidade alagoana, é essencial desvendar o papel das classes dominantes. O poderio de longa duração dessas classes tornou-as emblemáticas na trajetória da região. Nesse sentido, este texto busca elencar os principais traços desse segmento de classe que coordenou a dinâmica produtiva da primeira atividade econômica amplamente praticada no território nacional: a cana-de-açúcar. Destacar a importância que a monocultura canavieira teve no surgimento e configuração do estado de Alagoas é crucial para entender este "símbolo" das elites em nosso processo histórico.

O artigo está estruturado em três momentos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro momento, apresenta-se em linhas gerais a conformação do "Nordeste açucareiro" no período colonial; em seguida, o foco é a figura do senhor de engenho; enquanto no terceiro momento, os esforços direcionam-se à análise do usineiro. Na perspectiva de construção de uma análise abrangente e inclusiva, procura-se relacionar, o máximo possível, a realidade estadual às dinâmicas regionais e nacionais.

Do ponto de vista metodológico, este texto resulta de um levantamento bibliográfico, envolvendo contato com a literatura especializada, especialmente textos relacionados à formação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

histórica de Alagoas - incluindo obras já consideradas clássicas nesse universo temático, como *O Banguê nas Alagoas*, de Manuel Diégues Jr., e *Formação histórica de Alagoas*, de Cícero Pérciles de Carvalho. Trata-se de um passo importante no esforço de apreensão dos principais traços históricos das classes dominantes no setor canavieiro em Alagoas.

Essa discussão é particularmente relevante para a formação em Serviço Social, pois reforça o compromisso com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e permite aos pesquisadores envolvidos uma compreensão histórica das relações de classe na realidade local.

O caráter exploratório desta pesquisa, que ainda se encontra em fase inicial, reflete a natureza do texto, que socializa sínteses preliminares que serão aprofundadas à medida em que a pesquisa for se desenvolvendo. O artigo busca contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas que moldaram a formação histórica e econômica alagoana, através do esforço coletivo de viabilizado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

## II. A CONFORMAÇÃO DO “NORDESTE AÇUCAREIRO”

No Brasil, a história do período colonial se entrelaça com a presença da cana-de-açúcar e do que veio a ser classificado, posteriormente, como região Nordeste. Foi na zona costeira dessa região, por onde os invasores desembarcaram, que no século XVI assistiu-se ao estabelecimento de uma “colônia de exploração” (Prado Jr., 1976) assentada no tripé latifúndio/monocultura/escavidão.

A chegada de Duarte Coelho, em 1535, marca um ponto crucial nessa relação. Primeiro capitão-donatário da Capitania de Pernambuco, Coelho recebeu do Rei João III a doação de um extenso lote de terras e autorização para distribuição de sesmarias a pessoas cristãs, com a incumbência de escravizar os indígenas para utilizá-los em trabalhos diversos. A distribuição de sesmarias era reservada a uma pequena elite e condicionada ao melhor uso das terras, priorizando a cultura que mais beneficiasse a Coroa no mercado internacional.

O donatário, não se restringindo em procurar por minas de pedras preciosas ou ainda à cultura da extração de pau-brasil, decidiu investir na cultura da cana-de-açúcar para a produção de açúcar, devido à grande demanda por esse produto no comércio exterior. Verificando as condições favoráveis do solo e a proximidade dos rios que desembocavam no Oceano Atlântico,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Coelho tomou posse das melhores terras, doando-as segundo os critérios de uma colonização de exploração em gestação. Nesse sentido, escravizou indígenas e obteve créditos da Coroa portuguesa para a instalação dos engenhos e plantações de cana.

A Zona da Mata<sup>5</sup>, que corresponde à faixa litorânea do Nordeste brasileiro (mais especificamente, a área que vai do Rio Grande do Norte à Bahia), foi o ponto de fixação da cultura açucareira desde os primórdios da colonização (Diégues Jr., 2012). Essa região tornou-se indispensável para o cultivo da cana por diversos motivos, sendo o principal deles o solo das várzeas, onde predominava o massapê, ideal para o plantio da cana. Havia também a facilidade de ocupar localidades próximas a rios, o que facilitava o transporte para os portos. Além disso, a Mata fornecia recursos essenciais: local para caça, lenha para fornalhas e madeira para diversas construções de peças e materiais, como as caixas de açúcar e edificações, incluindo a casa-grande, a senzala, a capela, a casa de engenho, entre outros.

Nesse enredo, é importante situar a participação dos judeus. Segundo Andrade (2005), a produção de açúcar não era uma atividade apenas agrícola, necessitando de certo nível técnico para tal fabricação. Trazidos por Duarte Coelho para o país, destacaram-se entre: mestres de açúcar, caldeireiros, purgadores, banqueiros e caixeiros. Essa parcela populacional, em conjunto com os pequenos lavradores, constituiriam “o núcleo central de uma classe média rural que, pouco numerosa e dominada pela aristocracia do açúcar, manter-se-ia como classe até a proletarização quase total, imposta [...] pela concentração fundiária resultante do aparecimento das grandes usinas” (Andrade, 2005, p. 78).

Ainda na segunda metade do século XVI, o número de engenhos passou a crescer de forma exponencial. Segundo Andrade (2005):

[...] se (os engenhos) eram cinco em 1550, somavam trinta em 1570, sessenta e seis em 1584 e cento e quarenta e quatro por ocasião da conquista holandesa em Pernambuco, havendo ainda dezanove na Capitania da Paraíba e dois na do Rio Grande do Norte, totalizando, assim, no Nordeste, 166 engenhos (Andrade, 2005, p. 76).

Tal expansão esteve acompanhada do tráfico de pessoas do continente africano, principalmente dos territórios como Moçambique, Angola, Congo, Gabão, Camarões, Nigéria, Benin, Togo, Gana, Costa de Marfim, Libéria, Serra Leoa e Guiné<sup>6</sup>, para o trabalho escravizado na

<sup>5</sup> De acordo com Lima (2013, p. 16), “[...] definimos o território dominado pela cana nos estados estudados como ‘Zona da Cana Nordestina’, outrora Zona da Mata, apelando propositalmente para o fenômeno de um processo em curso: a desapropriação da natureza originária e a produção capitalista desigual, combinada e contraditória do espaço agrário”.

<sup>6</sup> Cf. Ribeiro, E. De Sá, L. Mapeamento histórico sobre tráfico de escravos em África. In: *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, n. 911 0 67/4, p. 905-911, Jul/Ago/2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

plantação de cana-de-açúcar. O trabalho realizado pelas pessoas vindas de África era considerado pelos senhores de engenho “superior” e “mais produtivo” em comparação ao realizado pelos indígenas, devido aos avanços agrícolas do continente africano.

Embora o custo da importação de pessoas escravizadas fosse alto, essa forma de trabalho prevaleceu por mais de três séculos. O tráfico de escravizados ocasionou uma alta taxa de mortalidade entre a população escravizada, tanto devido ao transporte inadequado nos navios negreiros quanto às péssimas condições de habitação, alimentação e adaptação ao clima do país. Apesar de todas as adversidades, houve grande resistência por parte da população escravizada, que ergueu diversos quilombos como locais de refúgio e resistência ao sistema escravista<sup>7</sup>.

Observando as classes dominantes, uma figura característica do “Nordeste açucareiro” no período colonial brasileiro é, sem sombra de dúvidas, o senhor de engenho. Este sujeito, ao controlar todas as etapas do processo produtivo – desde o plantio da cana até a produção do açúcar –, situava-se no topo da pirâmide social. Sua figura é representada de forma ambígua: ao mesmo tempo tirana e paternalista. Enquanto realizava o comércio e a exploração de pessoas escravizadas, também se envolvia na política local, ganhando reconhecimento e admiração mesmo por parte de indivíduos que não estavam diretamente sob sua subordinação.

Seria incorreto afirmar, entretanto, que o senhor de engenho era quem detinha a maior fatia de poder na economia e no comércio nacional e internacional. Como aponta Florestan Fernandes (2006, p. 32): “[...] Ele ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno.” Suas ações, portanto, escapavam ao seu controle; ele atuava como agente de uma produção heteronômica, cuja principal finalidade era gerar riquezas para a Coroa. Nesse sentido, de acordo com Fernandes (2006), os senhores de engenho integravam o que pode ser classificado como “elites “nativas”.

Portanto, no tocante à dimensão *política*, o domínio dos senhores de engenho configurou uma estrutura de poder que se consolidou na estratificação social colonial. Esses proprietários não apenas lideravam a economia local, mas também exerciam influência significativa na política. Contudo, operavam dentro dos limites e das exigências da administração colonial portuguesa.

---

<sup>7</sup> “Devemos dizer, para se ter uma ótica acertada do nível de resistência dos escravos, que a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastravam por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo.” (Moura, 2021, p. 25).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Do ponto de vista *econômico*, o crescimento exponencial dos engenhos no Nordeste entre os séculos XVI e XVII, acompanhado pelo tráfico de escravizados africanos, caracterizou a região como um pilar fundamental da economia colonial brasileira. O aumento na quantidade de engenhos e a “preferência” por mão de obra africana, considerada “mais produtiva” pelos senhores de engenho, destacam a centralidade do açúcar na economia colonial. Esse “ciclo” reforçou a posição do Nordeste como o principal produtor de açúcar e configurou uma estrutura econômica que sustentava os interesses coloniais e a acumulação de riqueza para a Coroa portuguesa.

Mirando pelo retrovisor, a estrutura econômica e social do “Nordeste açucareiro” gerou profundas desigualdades que persistiram e moldaram as características da região. A concentração de riqueza e poder nas mãos da chamada “elite nativa”, junto à exploração intensiva dos trabalhadores escravizados, criou um cenário de imensa desigualdade. As disparidades entre os proprietários e não-proprietários à época - condensadas, do ponto de vista das classes sociais fundamentais, em *senhores* e *escravizados* - consolidaram uma hierarquia social rígida e um padrão de desigualdade que se refletiu não apenas na estrutura econômica da época, mas também nas relações sociais e políticas, perpetuando um legado nefasto de desigualdade que ressoa até os dias de hoje nas zonas canavieiras da região Nordeste.

Na próxima seção, buscaremos particularizar a experiência histórica do estado de Alagoas, onde concentra-se nossa pesquisa. Analisaremos, primeiramente, a figura do senhor de engenho, destacando seu papel predominante no período colonial e as estruturas de poder e produção que caracterizaram sua atuação. Em seguida, examinaremos o papel do usineiro, que emergiu como protagonista das classes dominantes no setor canavieiro em toda a região a partir da década de 80 do século XIX. Esse enfoque permitirá uma compreensão mais aprofundada das transformações nas classes dominantes e suas implicações para o desenvolvimento econômico e social da região. Com isso, esperamos oferecer uma visão panorâmica das dinâmicas político-econômicas que moldaram a formação histórica da sociedade alagoana.

### III. ENGENHO E SENHOR

Assim como a atividade açucareira é crucial para compreendermos a formação histórica e econômica de Alagoas, os protagonistas dessa conjuntura – isto é, os sujeitos coletivos, como grupos e/ou classes e segmentos de classe – também são partes fundamentais desse processo. Na busca por uma análise histórica que abarque a formação social alagoana, é impossível ignorar



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a figura dos senhores de engenho, que se destacaram no cômputo das classes dominantes entre os séculos XVI e XIX.

O estudo desses extratos dominantes é essencial para capturarmos o “retrato” da vida social, política e econômica do estado, particularmente nos territórios onde a cana-de-açúcar adquiriu papel destacado. Manuel Diégues Júnior, autor clássico que descreveu a realidade de Alagoas no período colonial em seus livros “*O Banguê nas Alagoas*” e “*O Engenho de Açúcar no Nordeste*”, publicados em 1949 e 1952, respectivamente, oferece uma rica descrição dos engenhos e dos senhores de engenho da época.

Em “*O Engenho de Açúcar no Nordeste*”, Diégues Júnior caracteriza os senhores de engenho como figuras que, durante séculos, representaram a classe dominante no sistema escravista-colonial. Esses senhores disseminavam uma imagem paternalista, muito presente nas relações políticas até os dias atuais. Segundo o autor, os senhores de engenho eram:

(...) Homens que gostavam também da mundanidade, com suas salas e mesas cheias, promovendo passeios e divertimentos, indo às festas com seus fraques ou casacas. Frequentavam a igreja, o júri, as vereações, e eram acompanhados de pagens com suas fardas vistosas. O povo os saudava com reverência quase filial, conhecendo seus nomes e apelidos e associando-os aos engenhos que possuíam, numa intimidade característica e quase paternalista (...) (Diégues Jr., 2006, p. 21-22).

Esse trecho evidencia a proeminência dos senhores de engenho na estrutura social do período, destacando sua influência desde o surgimento até a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, no final do século XIX.

Considerando que sua importância estava ligada principalmente aos engenhos que possuíam, é essencial investigar o surgimento dos primeiros engenhos na formação histórica de Alagoas. Este se desenvolveu a partir da região sul da capitania de Pernambuco. Gilberto Freyre, um clássico dos estudos brasileiros, ressalta no prefácio de “*O Banguê nas Alagoas*” que:

Conheci-a há anos, vindo das Alagoas para Pernambuco por um velho caminho – antigo e pouco movimentado hoje, talvez até assombrado pelos Flamengos – que atravessa algumas das melhores e mais doces terras de engenho e canaviais de Porto Calvo. Porto Calvo foi, como salienta Manuel Diégues Júnior, “o primeiro núcleo de povoamento” das Alagoas; e esse povoamento se fez em torno de engenhos de açúcar, casas grandes, capelas patriarcais e, principalmente, com famílias ou indivíduos vindos de Pernambuco. Do Pernambuco de Duarte Coelho. (Freyre, 2006, p. 13).

A citação destaca a importância dos engenhos na formação das vilas e cidades que se desenvolveram em Alagoas, todas ao redor desses grandes engenhos que representavam famílias poderosas no setor açucareiro. No início do primeiro capítulo de seu livro *“O Banguê nas Alagoas”*, Diégues Júnior apresenta alguns dos principais nomes das famílias da época: “É em derredor dos engenhos e das famílias dos senhores de engenho – os Lins, Wanderley, Acioli, Barros Pimentel, Botelho, Soares, Bezerra, Calheiros, Gomes de Melo, Carvalho – que se forma a sociedade alagoana [...]” (Diégues Jr., 2006, p. 49). Esses nomes representam a elite colonial associada à atividade canavieira em Alagoas e foram responsáveis pela fundação dos engenhos que possibilitaram o povoamento e o desenvolvimento da sociedade alagoana.

Os Barros Pimentel, além dos Lins, foram fundamentais no povoamento de Alagoas, especialmente na região que hoje corresponde ao município de Passo do Camaragibe. A criação de engenhos como “Santo Antônio”, “Morro”, “Maranhão”, “Rio Formoso” e “Bom Jesus” (anteriormente “Engenho do Meio”) estimulou o povoamento da região, com as primeiras sociedades formadas ao redor desses engenhos. Já na área que abrange os municípios de Maceió e Marechal Deodoro, destacaram-se nomes como Soares da Cunha, com Diogo Soares da Cunha 1º, Domingos Rodrigues de Azevedo, Antônio Gomes de Melo, Salvador Pereira da Rosa, Manuel Rodrigues Calheiros e João Gomes Calheiros, que possuíam engenhos como Engenho Suassuna, Engenho Velho, Engenho Utinga, Engenho Mundaú e Engenho Cachoeira do Regente. A família Calheiros também construiu o engenho Rio Largo, na região que hoje inclui o município de Rio Largo. O município de Pilar também se desenvolveu devido aos engenhos da região, demonstrando grande relevância para o crescimento demográfico local.

Apesar da importância da monocultura canavieira e dos engenhos para a formação de Alagoas, a economia açucareira do século XVII enfrentou uma longa luta entre portugueses e holandeses, que invadiram o território na tentativa de lucrar com a produção de açúcar no Brasil. Lopes (1978) destaca que a expansão e a produção de açúcar foram provavelmente fatores-chave para a invasão holandesa em Pernambuco no século XVI. A destruição dos engenhos no território alagoano foi significativa, e o período holandês, com tréguas até 1645, não permitiu a recuperação da cultura da cana-de-açúcar. O foco dos flamengos na vida urbana negligenciou a organização rural (Diégues Jr., 2006).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Além disso, os senhores de engenho de Alagoas enfrentaram as rebeliões dos escravizados palmarinos. Essas revoltas contribuíram para a perda econômica no setor açucareiro, que dependia do trabalho escravizado. Esses processos, juntamente com a urbanização, a descoberta de ouro em Minas Gerais e o início do cultivo de café, levaram a uma fase de refluxo na monocultura canavieira, dando lugar a iniciativas que visavam a industrialização dessa atividade agrícola. A modernização ocorreu com o surgimento dos engenhos a vapor ou centrais e, posteriormente, das usinas, que substituíram os antigos engenhos devido à sua ineficácia no novo modelo organizacional, proporcionando maior lucratividade para a atividade açucareira.

A segunda metade do século XIX marca o surgimento dos engenhos a vapor e centrais em Alagoas, quando o estado instituiu decretos para sua construção: “Em dezembro de 1888, pelo decreto n.º 10.100, uma nova regulamentação para a concessão de engenhos centrais foi estabelecida, repetida em 9 de outubro de 1889 com o decreto n.º 10.393, que ajustava a execução do decreto n.º 2.687” (Diégues Jr., 2006, p. 142).

No entanto, essas medidas não avançaram devido às crises de engenhos e à forma como os engenhos centrais eram organizados, especialmente pela divisão entre atividades agrícolas e industriais. Sem dúvida, esta foi “a causa do fracasso do engenho central, permitindo, com o aperfeiçoamento da usina, a absorção desta da parte agrícola; (...)” (Diégues Jr., 2006, p. 145).

Lima (2014) argumenta que a modernização dos antigos engenhos banguês em engenhos centrais foi uma estratégia do Governo Imperial para revitalizar a economia açucareira, que estava perdendo espaço no mercado internacional para o açúcar de beterraba produzido nas Antilhas. A intenção era substituir os antigos engenhos banguês por engenhos centrais, alterando significativamente a estrutura produtiva do setor. Os engenhos centrais absorveriam toda a demanda manufatureira, enquanto os engenhos banguês ficariam responsáveis apenas pela matéria-prima. No entanto, a separação das atividades agrícolas e industriais não teve sucesso. Os banguzeiros resistiram à ideia de serem apenas fornecedores de matéria-prima e dificultaram o acesso da cana-de-açúcar aos engenhos centrais. No final do século XIX, os engenhos centrais remanescentes foram desmontados e vendidos para proprietários locais ou comerciantes de açúcar, que transformaram as propriedades em usinas.

Além disso, os senhores de engenho, temendo perder território e poder político, também promoveram a modernização dos antigos engenhos, investindo em estruturas semelhantes às dos engenhos centrais. Correia de Andrade (1994) observa:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(...) Enquanto o governo financiava a implantação dos engenhos centrais, muitos senhores de engenho e comerciantes, com várias propriedades e capitais, começaram a implantar fábricas semelhantes tecnicamente, mas com controle direto de toda a atividade econômica, desde o plantio de cana até a produção de açúcar, álcool e aguardente. Essas unidades, chamadas usinas, iniciaram uma disputa de influência com os engenhos centrais (Andrade, 1994, p. 106).

Embora semelhantes no processo produtivo, engenhos centrais e usinas tinham peculiaridades e regras distintas. Por exemplo, os engenhos centrais não podiam possuir terras nem cultivá-las, limitando-se ao beneficiamento da cana-de-açúcar comprada de fornecedores. Era proibido o uso de trabalho escravo, enquanto as usinas podiam possuir propriedades e moer a própria cana (Andrade, 1994).

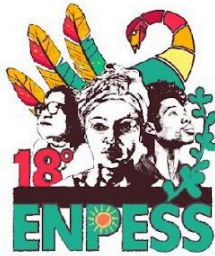
Adiante, iremos tratar do processo de modernização que acarreta o surgimento das usinas no estado de Alagoas. Em um primeiro momento mostraremos a evolução do aparecimento das usinas em comparação entre Pernambuco e Alagoas, bem como a participação do estado neste processo de industrialização do setor, principalmente nos períodos de crise. Sendo assim, a partir da análise desses processos históricos, buscamos trazer uma visão ampla acerca de como se encontra o setor atualmente, entendendo que ela é fundamental para compreendermos como foi sendo construída a consolidação e organização desse segmento da classe dominante no Brasil.

#### **IV. USINA E USINEIRO**

Nas áreas canavieiras do Nordeste, inclusive em Alagoas, as iniciativas de modernização da produção do açúcar e do álcool ocorreram ainda no século XIX, na transição do período imperial ao republicano. Um marco nessa trajetória são as transformações dos engenhos banguês em engenhos centrais e dos engenhos centrais em modernas usinas, estas últimas plenamente operantes conforme a lógica da grande indústria capitalista.

Um segundo movimento de modernização – ou melhor, de intensificação da industrialização do setor, com o processo usineiro já consolidado – ocorreu a partir do governo Vargas (1930-1945). Nesse período, foram criados conselhos, institutos, programas e fundos que destinavam recursos estatais para investimentos na cana-de-açúcar, prevendo-se investimentos em infraestrutura, novos maquinários e inovações tecnológicas.

Nessas condições, o usineiro afirma-se como sujeito integrado ao conjunto das classes



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dominantes no Brasil. Segundo Andrade (1994), os usineiros lograram papel de destaque nos governos estaduais, e historicamente exerceram pressão junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário tendo em vista a consecução de seus interesses. Desde o período colonial, como demonstrado anteriormente, o Estado tem sido o grande fiador do negócio da cana, com intervenções cirúrgicas para defender os interesses das classes proprietárias, onde os usineiros e seus familiares pleiteiam cargos públicos e exercem forte influência na política local, regional e nacional.

A constituição do parque usineiro alagoano se desenvolveu tardiamente e foi numericamente menor quando comparado ao estado de Pernambuco no mesmo período. Em 1910, Pernambuco possuía 46 usinas, totalizando 54 em 1920, e na década de 1930, atingiu 71 usinas.

Conforme os Anuários Estatísticos do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em Alagoas, a primeira usina do estado, a Usina Brasileiro, foi construída em 1892 no município de Atalaia. Em 1910, havia 6 usinas em Alagoas, em 1920 o número aumentou para 15, e na década de 1930, havia 25 usinas em funcionamento. Em termos percentuais, Alagoas teve uma expansão mais intensa que Pernambuco, variando 316,67% em comparação aos 54,35% de Pernambuco no número de usinas (Lima, 2014).

No final do século XIX, destacaram-se no processo de formação do parque usineiro alagoano: Usina Brasileiro (1892), propriedade do industrial francês Félix Wandesmet; Usina Cansação de Sinimbu (1894), com investimentos de capital inglês da firma Boxwell, Williams & CIA; Usina Serra Grande (1894), propriedade de Carlos Benigno Pereira Lyra; e Usina Central Utinga Leão (1897), propriedade do alagoano e filho de comerciantes portugueses Luiz Amorim Leão (Andrade, 1997).

De acordo com Carvalho (2015, p.57):

(...) A Central Leão, um banguê transformado em usina em 1894, esmagava 90 toneladas diárias. Em 1894, a Leão, pioneira em ter uma destilaria de álcool anexada, foi a primeira usina brasileira a ser eletrificada. Em 1908, a Sinimbu introduziu a análise química do solo e a adubação verde, e nos anos 1920, a Serra Grande inovou com a fertirrigação e a irrigação por aspersão. (...)

Entre 1920 e 1930, o setor entrou em crise, perdendo a hegemonia da produção de açúcar nacional e espaço no mercado internacional. Com a crise da superprodução do café no Sudeste, houve a migração de alguns produtores de café paulistas para o ramo da cana, aumentando a

concorrência pelo mercado interno e tornando São Paulo, posteriormente, o maior produtor de açúcar nacional e principal exportador (Carvalho, 2015).

A situação se alterou qualitativamente após 1930. Com a política econômica varguista e mudanças na conjuntura internacional, abriu-se a possibilidade de um período de retomada para o setor, não apenas a partir da produção e exportação de açúcar, mas também de álcool. O Estado desempenhou um papel crucial, incentivando e financiando inovações econômicas. O Poder Executivo federal passou a controlar a produção e a comercialização. Assim, em 1931, foram instituídas duas importantes comissões: a Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor (CEAM) e a Comissão de Defesa da Produção Açucareira (CDPA) (Lima, 2014).

Conseqüentemente, em 1º de junho de 1933, Vargas criou o IAA. Esse órgão regulamentava e fiscalizava a produção de açúcar e álcool, promovendo o desenvolvimento tecnológico do setor sucroalcooleiro. Além disso, o IAA mediava a relação entre usineiros e lavradores por meio de leis regulamentadoras e fiscalizadoras. Inicialmente, o Instituto visava fortalecer o setor na região Nordeste, mas ao longo do tempo, observou-se a expansão do eixo Centro-Sul, especialmente em São Paulo.

A partir do período varguista, conformou-se a segunda geração de usineiros. A afirmação aplica-se à realidade alagoana, mas não se limita a ela; inversamente, Alagoas é expressão de um processo mais amplo. Esse novo momento foi marcado pela presença ativa de grupos industriais provenientes de outras atividades econômicas, redefinindo as relações de classe no setor. Os usineiros deixaram de ser “proprietários individuais” e começaram a se articular como grupos empresariais, penetrando nos mais diversos mecanismos político-institucionais para auto favorecimento (Bezerra, 2022).

As usinas tinham uma grande demanda por matéria-prima e, no caso alagoano, as áreas dos vales úmidos e várzeas tornaram-se limitadas. Com a política do IAA, o Estado incentivou a produção de álcool, aumentando a demanda por matéria-prima e a necessidade de ampliar a área de cultivo. Diversas destilarias foram anexadas às usinas, marcando a expansão latifundiária dos usineiros alagoanos nas áreas de Tabuleiro Terciário (Lima, 2014).

Na década de 1970, a cana-de-açúcar deixou de ser matéria-prima apenas para o açúcar e tornou-se importante para a produção de “biocombustível”, impulsionando o setor sucroalcooleiro e proporcionando mais lucro com a comercialização. A Política Energética surgiu como solução para conter o consumo de combustível de petróleo internacional, propondo o uso de combustível produzido no Brasil, a partir da cana-de-açúcar, especificamente o etanol. Dois

programas foram criados: o Planalsucar (1975-1989), responsável por aumentar a produtividade agrícola por meio de pesquisas em estações experimentais, e o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), que durante seu funcionamento (1975-1990) financiou a instalação e ampliação de destilarias de álcool no país.

Com o fim do Proálcool e do IAA nos anos 1990, no contexto do neoliberalismo, o setor foi desregulamentado, resultando em concentração e centralização de capitais, suprimindo unidades produtivas de menor porte. Muitos usineiros tradicionais faliram. Na retomada do setor nos anos 2000, grandes grupos do agronegócio ocuparam os espaços antes dominados por grupos locais, atuando além do setor sucroalcooleiro (Bezerra, 2022). No entanto, essa realidade não se aplica mecanicamente ao Nordeste, onde a região preservou o protagonismo dos já consolidados grupos empresariais com longa atuação no setor.

Atualmente, Alagoas é o principal produtor de cana-de-açúcar do Nordeste. Segundo o boletim do SINDAÇÚCAR-AL e o Portal NovaCANA, são 26 usinas registradas. Dessas, 11 estão em operação: Usina Caeté e Marituba (Grupo Carlos Lyra), Usina Coopervales e Uruba (Cooperativa dos Produtores Rurais do Vale do Satuba), Usina Camaragibe e Santo Antônio (Central Açucareira Santo Antônio S.A.), Usina Coruripe (Grupo Tércio Wanderley), Cooperativa Pindorama (Cooperativa Pindorama), Usina Taquara (Grupo Taquara).

Dessas, dez solicitaram ao Poder Judiciário a “recuperação judicial”: Usina Utinga Leão (Eduardo Queiroz Monteiro), Usina Santa Clotilde (não identificado o grupo ou proprietário), Usina Santa Maria (USMA), Usina Impacto (Impacto Bioenergia), Usina Sumaúma (Grupo Toledo), Usina Porto Rico e Porto Alegre (Grupo Olival Tenório), Usina Capricho e Penedo (Grupo Toledo), Usina Sinimbú e Triunfo (Copertrading). A Usina Cachoeira (Grupo Carlos Lyra), devido a prejuízos na safra 2016/2017, encerrou a moagem para investir no setor da celulose.

Analisando os veículos de comunicação do setor sucroenergético, identifica-se que o setor passou por um processo de retomada da produção após crises climáticas e biológicas, como a senescência dos canaviais, que prejudicaram o desenvolvimento da produção nos últimos anos. Mesmo após algumas usinas encerrarem suas produções ou entrarem em recuperação judicial, o setor cresceu e bateu recordes na produção de etanol e na exportação de açúcar.

Em suma, a trajetória dos usineiros em Alagoas reflete uma dinâmica complexa de adaptação e transformação ao longo dos séculos. A intervenção estatal tem sido, sem dúvida, determinante para a consolidação e a sobrevivência desses agentes econômicos, mesmo diante de crises e desafios. Hoje, Alagoas se destaca como o principal produtor de cana-de-açúcar do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nordeste, mantendo a influência de grupos empresariais tradicionais. A história dos usineiros em Alagoas não apenas ilustra a evolução do setor, mas também a capacidade de renovação política, econômica e ideológica de um segmento de classe que continua a moldar a economia regional.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica das classes dominantes no setor canavieiro em Alagoas revela uma trajetória marcada pela persistência e transformação das estruturas de poder e produção ao longo do tempo. Desde os senhores de engenho no período colonial até os usineiros de hoje, esse segmento dos “de cima” desempenhou um papel central na conformação econômica, social e política do estado e da região. O estudo das relações de classe nesse contexto destaca o papel assumido pela monocultura da cana-de-açúcar na formação econômica de Alagoas e evidencia como essas classes dominaram a produção e influenciaram diretamente o ambiente político-institucional.

A reconstituição histórica das classes dominantes em Alagoas, inclusive no setor canavieiro, denota uma agenda de pesquisa que não pode ser tida por encerrada, pois há dimensões diversas de sua existência que carecem de análise e adensamento historiográfico. As desigualdades resultantes dessa estrutura baseada no latifúndio, no padrão monocultor e na degradação constante das condições e relações de trabalho são elementos centrais que precisam ser continuamente investigados e compreendidos.

Nas últimas décadas, por exemplo, observamos uma retomada produtiva e comercial do setor ao mesmo tempo em que os usineiros insistem na retórica da crise, que acaba por assumir caracteres ideológicos para representação de seus próprios interesses na disputa que compreende a elaboração e a implementação das políticas de Estado. As falências decretadas por alguns tradicionais grupos empresariais são ilustração disso.

Fato é que Alagoas participou da retomada do setor nos anos 2000, ainda que a expansão territorial da produção tenha sido ínfima, quase nula. Esse fato, ao que parece, não impediu que os usineiros alagoanos participassem da festa da retomada dos derivados da cana, seja diversificando seus negócios ou mesmo apostando na “retórica da crise” como forma de consecução de suas demandas particulares. Atualmente, Alagoas continua a ser o principal produtor de cana-de-açúcar do Nordeste, com uma produção significativa de açúcar e etanol, apesar das dificuldades enfrentadas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A presente pesquisa, ao explorar preliminarmente as rupturas e continuidades nas classes dominantes do setor canavieiro em Alagoas, reforça a relevância dessa análise para a formação em Serviço Social. Ao considerar os fundamentos da formação sociohistórica brasileira, este estudo permite uma compreensão mais profunda das relações de classe na realidade estadual e regional.

O caráter exploratório deste trabalho, que ainda se encontra em fase inicial, aponta para a necessidade de aprofundamento futuro das questões aqui levantadas. As desigualdades e as estruturas de poder destacadas estão profundamente relacionadas aos traços estruturais da formação social brasileira. Será necessário amadurecer essa síntese em ocasiões posteriores, contribuindo para um mapeamento mais detalhado da atuação das elites no setor sucroalcooleiro alagoano.

## VI. REFERÊNCIAS

Andrade, M. C. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: Edufal, 1997.

Bezerra, L. **A burguesia do açúcar e do álcool no Nordeste brasileiro: um estudo sobre suas práticas de classe (2005-2020)**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

Carvalho, C.P. **Formação histórica de Alagoas**. EDUFAL, Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2015.

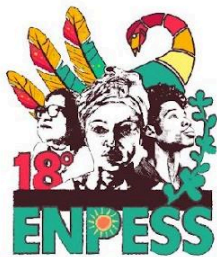
Diéguas Jr., M. **O banguê nas alagoas**. Alagoas: EDUFAL, Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2006.

Diéguas Jr., M. **O Engenho de açúcar no nordeste**: Documentário da vida rural. Alagoas: EDUFAL, Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2006.

Lopes, J.G. de A. **A atividade agroindustrial açucareira alagoana**. Maceió: IGASA, 1978.

Lima, A. A. **Evolução da agroindústria canvieira alagoana no século XX**. Maceió: Edufal, 2014.

Moura, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Teresina: Ed. Universidade Estadual do Piauí, 2021.



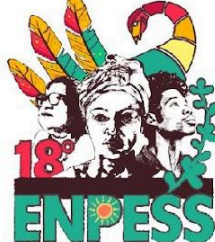
**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**





**Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

**Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social**